

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.933 - SE (2018/0163521-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : JESSE CLAUDIO DE LIMA COSTA
AGRAVANTE : RAIMUNDO RABELO LUCAS
AGRAVANTE : RENATO MORAIS DE ALMEIDA MESQUITA
AGRAVANTE : ROSANA REZENDE PEREIRA CARRERA
AGRAVANTE : SAMUEL DE OLIVEIRA RIBEIRO
AGRAVANTE : TERESINHA DA SILVA MOURA VEIGA
ADVOGADO : MARCEL COSTA FORTES - SE003815
AGRAVANTE : ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORES : CRISTIANE TODESCHINI - SE003752
KLEIDSON NASCIMENTO DOS SANTOS - SE004488
TÚLIO CAVALCANTE FERREIRA - SE005645
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COBRANÇA DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE EXERCÍCIO - GEE. LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. PRESCRIÇÃO. DATA DA JUNTADA DAS FICHAS FINANCEIRAS. DECISÃO DA CORTE LOCAL NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. TEMA 880. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Estado de Sergipe contra decisão que inadmitiu a subida do recurso especial pelo teor da Súmula 7/STJ.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão oriundo da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fls. 203-205, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - COBRANÇA DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE EXERCÍCIO - GEE - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - PRECEDENTE DO TJSE (200211802148) - EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO - CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO APELO - DECISÃO UNÂNIME

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 239-240, e-STJ).

O recorrente em suas razões recursais alega violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32 e divergência jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido, ao afastar a incidência da prescrição da pretensão executória, divergiu do entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, conforme entendimento firmado no Resp n. 1.231.805-PE. Aponta, ainda, que a existência de determinação de "juntada de fichas financeiras não tem o condão de influir no prazo prescricional de 05 (cinco) anos para o ajuizamento da execução de sentença, sendo desnecessária a liquidação do *decisum*, bastando meros cálculos aritméticos" (fl. 251, e-STJ) .

Ao final, requer o provimento do recurso especial, para "reformular o respeitável Acórdão recorrido, cuja decisão se apresenta em desacordo com o disposto no art. 1º do Decreto n. 20.190/32, bem assim em divergência com a jurisprudência do STJ, para, uniformizando a jurisprudência, reconhecer a incidência da prescrição da pretensão

executória" (fl. 263, e-STJ)

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 276-288, e-STJ).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Na origem, o ora agravante se insurge contra decisão em embargos à execução de sentença que não reconheceu a prescrição do pedido dos autores nem o alegado excesso de execução da obrigação do pagamento de gratificação especial de exercício a servidores, bem como atualização do valor das diferenças apuradas retroativamente.

O acórdão recorrido manteve a decisão da origem e rejeitou os argumentos do agravante por entender que "não há que se falar em prescrição, pois, desde 2002, os apelados buscavam viabilizar os cálculos inerentes ao manejo da execução" (fl. 204, e-STJ).

Ocorre que a controvérsia de que cuidam os presentes autos foi submetida ao Colegiado da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, pelo rito dos recursos especiais repetitivos (Tema n. 880), restando fixada, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, Relator Ministro Og Fernandes, a seguinte tese:

"A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal. Assim, sob a égide do diploma legal citado, incide o lapso prescricional, pelo prazo respectivo da demanda de conhecimento (Súmula 150/STF), sem interrupção ou suspensão, não se podendo invocar qualquer demora na diligência para obtenção de fichas financeiras ou outros documentos perante a administração ou junto a terceiros".

Contra essa decisão foram opostos embargos declaratórios, que restaram acolhidos para alterar, parcialmente, a tese fixada no recurso repetitivo e determinar a modulação dos efeitos de seu julgamento nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA OU DIFICULDADE NO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS PELO ENTE PÚBLICO DEVEDOR. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUANTO À APLICAÇÃO DESTE PRECEDENTE ÀS DEMANDAS QUE CONTENHAM GRANDE NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS SUBSTITUÍDOS. OBSCURIDADE EXISTENTE NA TESE FIRMADA QUANDO INSERIDA A EXPRESSÃO "TERCEIROS". OBSCURIDADE QUANTO À ATRIBUIÇÃO DO EFEITO À EXPRESSÃO LEGAL DE QUE O JUIZ "PODERÁ REQUISITAR" OS DADOS. VÍCIOS SANADOS. MODULAÇÃO DE EFEITOS. CABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARCIALMENTE, JULGADOS

SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUENTES DO CPC/2015 E DO ART. 256-N E SEQUENTES DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. O julgamento deste recurso especial, sob a sistemática dos repetitivos, faz-se na vigência do regramento contido no CPC/1973 e circunscreve-se aos efeitos da demora no fornecimento pelo ente público devedor de documentos (fichas financeiras) para a feitura dos cálculos exequendos, não abrangendo a situação de terceiros que estejam obrigados nesse particular.

2. Independentemente de tratar-se, ou não, de execução com grande número de substituídos, aplica-se a tese firmada neste voto, porquanto, mesmo em tais casos, inexistente típica liquidação de sentença, desde que tal procedimento não tenha sido determinado na sentença transitada em julgado, prolatada no processo de conhecimento, até porque ausente a necessidade de arbitramento, de prova de fato novo, e, também, porque isso não resulta da natureza da obrigação.

3. O comando da Súmula 150/STF aplica-se integralmente à hipótese. Nas execuções que não demandem procedimento liquidatório, desde que exijam apenas a juntada de documentos aos autos e a feitura dos cálculos exequendos, o lapso prescricional executório transcorre independentemente de eventual demora em tal juntada.

4. Com a entrada em vigor da Lei n. 10.444/2002, para as decisões transitadas em julgado anteriormente, passam a operar efeitos imediatos à referida lei, contando-se, a partir da data de sua vigência, o prazo de prescrição para que a parte efetive o pedido de execução, devendo apresentar o cálculo que entender correto, ainda que esteja pendente de envio eventual documentação requisitada pelo juízo ao devedor, que não tenha havido dita requisição, por qualquer motivo, ou mesmo que a documentação tenha sido encaminhada de forma incompleta pelo executado.

5. No caso das decisões transitadas em julgado sob a égide da Lei n. 10.444/2002 e até a vigência do CPC/1973, a prescrição há de ser contada, obviamente, da data do trânsito em julgado do título judicial, porquanto o § 1º do art. 604 do CPC/1973 (com a redação dada pela Lei n. 10.444/2002) tem plena vigência (depois sucedido pelos §§ 1º e 2º do art. 475-B do CPC/1973), autorizando a parte exequente a propor a demanda executiva com os cálculos que entender cabíveis e que terão, por força de lei, presunção de correção, ainda que esteja pendente de envio eventual documentação requisitada pelo juízo ao devedor, que não tenha havido dita requisição, por qualquer motivo, ou mesmo que a documentação tenha sido encaminhada de forma incompleta pelo executado.

6. O comando legal, quando expressa que o juiz "poderá

requisitar" os documentos, não autoriza a conclusão de que a pendência na sua juntada suspende ou interrompe o prazo de prescrição, seja por qualquer motivo (indeferimento pelo juiz, ausência de análise do pedido pelo magistrado, falta de entrega ou entrega parcial dos documentos quando requisitados).

7. O vocábulo "poderá requisitar" somente autoriza a concluir, em conjugação com o conteúdo da Súmula 150/STF, que o prazo prescricional estará transcorrendo em desfavor da parte exequente, a qual possui o dever processual de instruir devidamente seus pleitos executórios e, para isso, dispõe do lapso - mais do que razoável - de 5 anos no caso de obrigações de pagar quantia certa pelos entes públicos.

8. A existência de processos com grande número de substituídos não se revela justificativa apta para serem excluídos da tese firmada - nem existe amparo legal e jurisprudencial para conclusão contrária -, porque é ônus da parte que movimenta a máquina judiciária aparelhar os autos devidamente. As fichas financeiras podem ser trazidas aos autos pelos próprios substituídos, os quais possuem ou deveriam possuir seus contracheques e, na sua falta, podem diligenciar perante os órgãos públicos respectivos, não se tratando de documentos sigilosos nem de difícil obtenção.

9. Tese firmada, tendo sido alterada parcialmente aquela fixada no voto condutor, com a modulação dos efeitos: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acerto da conta exequenda, a juntada de documentos pela parte executada, ainda que esteja pendente de envio eventual documentação requisitada pelo juízo ao devedor, que não tenha havido dita requisição, por qualquer motivo, ou mesmo que a documentação tenha sido encaminhada de forma incompleta pelo executado. Assim, sob a égide do diploma legal citado e para as decisões transitadas em julgado sob a vigência do CPC/1973, a demora, independentemente do seu motivo, para juntada das fichas financeiras ou outros documentos correlatos aos autos da execução, ainda que sob a responsabilidade do devedor ente público, não obsta o transcurso do lapso prescricional executório, nos termos da Súmula 150/STF".

10. Os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017, com fundamento no § 3º do art. 927 do CPC/2015. Resta firmado, com essa modulação, que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não,

pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017.

11. Embargos de declaração acolhidos parcialmente.

12. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do

CPC/2015 e do art. 256-N e seguintes do Regimento Interno do STJ.

(EDcl no REsp 1336026/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 22/6/2018)

Dessa forma, tendo em vista que o trânsito em julgado da sentença que está sendo executada ocorreu antes do marco temporal estabelecido no julgamento do recurso paradigmático (30/6/2017), impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido não destoa da compreensão firmada pelo Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se o teor da Súmula 83/STJ.

No mais, após análise do conjunto fático-probatório, a Corte local concluiu que não ocorreu a prescrição da pretensão executória, conforme alegado pelo agravante, pois, desde 2002, os apelados buscavam viabilizar os cálculos inerentes ao manejo da execução. Assim, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Ante o exposto, **conheço do agravo para negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator